



1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA
2 UNIFESP – *CAMPUS OSASCO* REALIZADA EM 05.08.2015

3 No quinto dia do mês de agosto de 2015, às 9h, no auditório localizado no piso térreo da rua
4 Angélica 100, Jardim das Flores, em Osasco/SP, realizou-se Reunião Extraordinária da
5 Congregação da EPPEN, *campus* Osasco da UNIFESP. A sessão extraordinária tratou da
6 pauta única: **Rematrícula e início das aulas da graduação no segundo semestre de 2015 e**
7 **encaminhamentos à luz das decisões do CONSU, de 30 de julho de 2015** e foi presidida
8 pela Diretora Acadêmica, Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic, contando com a participação
9 tanto da Profa. Dra. Maria Angélica Pedra Minhoto, Pró-Reitora de Graduação, que esteve
10 acompanhada da Profa. Dra. Débora Amado Cerni, Pró-Reitora Adjunta de Pós-Graduação e
11 Pesquisa, quanto dos servidores do campus São Paulo, Sr. Airton Alvares e Sra. Maria José
12 Conceição Santos, representantes do Comando Unificado de Greve. Compareceram: o Vice-
13 Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa; o Diretor Administrativo, Sr.
14 Tarcísio Martins Mendonça; os coordenadores de curso de graduação: Prof. Dr. Luis Hernan
15 Contreras Pinochet, de Administração, Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda, de Ciências Atuariais,
16 Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos, de Ciências Econômicas, Profa. Dra. Nena Geruza
17 Cei, de Ciências Contábeis, Profa. Dra. Fabia Fernandes Carvalho Veçoso, de Relações
18 Internacionais, Profa. Dra. Claudia Moraes de Souza, do Eixo Multidisciplinar e, ainda, o
19 Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado, do Programa de Mestrado em Economia e
20 Desenvolvimento e Profa. Dra. Cintia Rejane Möller de Araújo, da Câmara de Extensão.
21 Também estiveram presentes os representantes docentes: Profa. Dra. Claudia Alessandra
22 Tessari, Prof. Dr. Douglas Mendosa, Prof. Dr. Fábio Luiz Barbosa, Profa. Dra. Gabriela de
23 Breláz, Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto e Profa. Dra. Nildes Pitombo Leite; a Sra.
24 Andreza de Moura Fialho, representando o NAE; as Sras. Patrícia Oliveira e Rosângela
25 Rocha da Silva e o Sr. Ricardo Vieira Bertoldo, representando os servidores técnico-
26 administrativos e os representantes discentes Alexandre Jorge de Hollanda e Diego
27 Lourenço. Muitos passaram pela plateia para acompanhar a sessão, dentre muitos: Profa. Dra.
28 Heloisa Candia Hollnagel, Prof. Dr. Francisco Marcelo Rocha, Prof. Ms. Luis Finger Maluf,
29 Prof. Ms. Danilo Braun e Sr. Alexsandro Militão, Sra. Marlene Rodrigues, Sra. Elaine
30 Hipólito dos Santos Costa, Sra. Ana Paula Silveira do Nascimento, Sra. Maria Rosa
31 Carnicelli Kushnir, Sr. Renato Luna, Sra. Larissa Matoso. A presidente abriu os trabalhos às
32 9h24min cumprimentando os presentes e anunciando que aquela sessão fora convocada a
33 pedido da Câmara de Graduação do campus que estivera reunida na semana anterior e
34 entendera que a decisão do campus aderir ou não ao sistema alternativo de rematrícula
35 proposto pela Reitoria naquele cenário de greve dos servidores TAEs carecia de maiores
36 esclarecimentos e de debate mais amplo e, ainda, em razão das deliberações do CONSU que,
37 também reunido em sessão extraordinária, decidira que os campi que tivessem condições de



38 realizar a matrícula deveriam fazê-la utilizando-se da nova ferramenta, dessa forma,
39 possibilitando o início do semestre letivo. E, assim, comunicou que duas frentes de
40 esclarecimentos estavam presentes para auxiliar os conselheiros. Disse pretender conduzir os
41 trabalhos de forma a não se tornar desgastante e com o objetivo de tentar não ultrapassar o
42 período de 2 horas, haveria controle de tempo e ofereceu inicialmente 15 minutos para cada
43 uma das partes convidadas e estabeleceu 3 minutos para cada fala posterior. Dessa forma,
44 passou a palavra à Sra. Conceição que agradeceu a acolhida e se apresentou como
45 representante da Coordenação Geral da Sintunifesp e do Comando Unificado de Greve que
46 pretendia esclarecer a posição dos servidores TAEs, presentemente em greve, em relação à
47 questão da matrícula. Ela relatou que participara de várias reuniões sobre o tema, citando
48 em especial a do dia 29 anterior, das quais resultara o veredito dos grevistas contrário a
49 matrícula. Esclareceu que a decisão de realizar a matrícula por sistema alternativo
50 pertencia aos gestores da universidade e declarou que os grevistas entendiam que não teriam
51 qualquer responsabilidade por eventuais ônus gerados por tal sistema. E, então, passou a
52 palavra ao colega Airton que, após cumprimentar os presentes e se apresentar como
53 representante servidor técnico-administrativo no CONSU e lotado na Pró-Reitoria de
54 Assuntos Estudantis, salientou o vasto alcance da paralisação e que as mesas de negociações
55 não haviam pactuado a matrícula e destacou que a lei de direito de greve não definia tal
56 serviço como essencial e, por essa razão, concluiu, havia a divergência de entendimento entre
57 os grevistas e os gestores que, por sua vez, consideravam aquela atividade inadiável. Ele
58 defendeu que a paralisação se dera pela precariedade das condições de trabalho e por tudo o
59 que envolvia a carreira do servidor público federal. Citando exemplos de redução de serviços
60 de limpeza, segurança e materiais, assinalou a relevância do corte do orçamento que, já
61 crítico, poderia se tornar ainda pior. Contrapôs que o movimento contabilizava manifestações
62 de apoio, incluindo de alunos, através das redes sociais e constatadas durante as visitas que
63 vinham fazendo aos campi e lamentou que a situação de greve pudesse contabilizar algum
64 dano e discordou de falas que apontavam apenas o prejuízo aos discentes o que, em sua
65 opinião, ofuscava os objetivos principais da luta dos servidores. Retomando a palavra, a Sra.
66 Conceição colocou entre aspas o termo prejuízo para expressar a necessidade de resgatar a
67 essência da universidade que, em sua opinião, estava um tanto esquecida. Exemplificou que
68 em seus mais de vinte anos na instituição, jamais vira aquilo que chamou de pressão e
69 sublinhou que a matrícula não era ponto de greve e que o movimento era nacional. Repetiu
70 seu entendimento que tanto a Unifesp tinha o direito de realizar a matrícula e alterar o
71 sistema quanto os servidores paralisados de serem desonerados de qualquer problema
72 resultante desse procedimento. Lamentou que prejuízos fossem elencados quando, em sua
73 avaliação, os grevistas deveriam ser cumprimentados por se mobilizarem em uma luta em
74 benefício da universidade, por sua autonomia e por cobrar que o governo não fizesse aquilo
75 que prometera não fazer. Encerrou sua fala dizendo que o movimento almejava melhorias na
76 educação já em 2016, reforçando o caráter nacional do movimento que não tinha a



77 rematrícula como um de seus pontos, esclarecendo que os grevistas aderiam àquilo que
78 entendiam ser mais justo e reconhecendo o direito dos gestores de optarem pela rematrícula
79 com sistema alternativo. Novamente com a palavra, o Sr. Airton comentou que muitos alunos
80 utilizavam as redes sociais para não apenas apoiar o movimento, como também para
81 demonstrar indignação com a rematrícula. Julgou não haver diversidade no CONSU, uma
82 vez que aquele colegiado, lembrou, era majoritariamente composto por membros do campus
83 São Paulo, quando, em sua opinião, deveria representar as três peças da engrenagem
84 institucional: docentes, discentes e técnicos administrativos. Completou dizendo ser
85 necessário que o olhar pousasse sobre esse trio e que houvesse respeito pelas causas de cada
86 uma das categorias. Com a palavra, a presidente garantiu que a Diretoria entendia a
87 legitimidade da greve e que fazia o possível para atender os pontos da pauta local dos
88 grevistas que diziam respeito ao campus Osasco, no entanto, destacava que, assim como já
89 havia expressado em diálogo com o comando de greve local, não considerava que aderir ao
90 sistema alternativo de rematrícula seria uma forma de boicote ao movimento grevista,
91 contrariamente, acreditava que a execução desse serviço e a consequente retomada das aulas
92 daria maior visibilidade ao movimento. Por essa razão, concluiu, o melhor caminho foi abrir
93 aquele espaço para o debate sobre a decisão do campus de aderir ou não ao sistema
94 alternativo proposto pela Reitoria. Com a palavra, a Profa. Maria Angélica elogiou os
95 importantes esclarecimentos e o espaço aberto para o debate entre as partes e concordou com
96 a fala da Sra. Conceição no sentido de valorização da autonomia da universidade, cujas
97 funções administrativas deveriam ser cumpridas e, por essa razão, os gestores da
98 universidade, mesmo compreendendo o direito à greve, não poderiam dela participar nem,
99 tampouco, deixar de oferecer a possibilidade de rematrícula. A Pró-Reitora Adjunta disse não
100 serem 100% dos servidores TAEs ou das instituições federais de ensino que participavam do
101 movimento, enfatizou a não adesão dos docentes e citou manifestações discentes contrárias
102 ao movimento e destacou o salário como a motivação principal da greve. Mas, também
103 exaltou a luta dos servidores TAEs em prol da educação pública de qualidade e julgou
104 pertinente a reivindicação dos colegas por sistemas administrativos mais eficientes em
105 situações futuras. No entanto, avaliou que deixar o estudante fora da sala de aula não seria o
106 melhor caminho para a obtenção do ensino público de qualidade e lamentou ser a graduação
107 o setor mais afetado, visto que, em sua opinião, o movimento carecia de maior unidade e
108 coesão, pois, a pós-graduação e extensão não haviam paralisado e nem os docentes tinham
109 aderido, justificou a professora. Explicou que a Pró-Reitoria de Graduação vivia um
110 momento de contradição interna e tinha o compromisso de responder ao Ministério Público o
111 porquê de alguns serviços estarem sendo disponibilizados e outros não. Esclareceu que a
112 busca por um sistema alternativo de rematrícula tinha se dado para atender as necessidades
113 dos discentes e não para gerar qualquer ônus para os TAEs. Enfatizou que, justamente por se
114 conhecer a complexidade e a importância do trabalho dos servidores técnicos em educação,
115 uma ferramenta melhor tinha sido procurada e, dessa forma, descartou a ideia de que a



116 alternativa que estava sendo ali negociada geraria retrabalho ou qualquer prejuízo para os
117 grevistas. Opinou que, da mesma forma que a matrícula não deveria impedir a continuidade
118 do movimento, a greve não deveria reverberar negativamente na vida dos estudantes, como
119 inviabilizar a formatura, por exemplo. Explicou que, apesar dos servidores grevistas ficarem
120 isentos de responsabilização pelos problemas advindos do sistema alternativo, se este fosse
121 aprovado, não estariam dispensados da continuidade dos trabalhos que fossem do escopo de
122 cada lotação, quer fossem atividades que fizessem o trâmite prosseguir, quer fossem correção
123 de erros para que isso pudesse acontecer. Salientou que o sistema a ser votado era da
124 instituição e, portanto, uma ferramenta adicional a qual os servidores teriam de utilizar
125 quando a greve estivesse encerrada. Lembrou que isso fora colocado na mesa de negociações
126 do último dia 29, já citada anteriormente. A Pró-Reitora voltou a frisar a vulnerabilidade da
127 graduação e chamou a atenção para o fato que, diferentemente de outras categorias
128 profissionais, os docentes discutiam as formas de reposição das aulas comprometidas por
129 greve. Lembrou também que o CONSU pedira aos campi que não aderissem ao sistema
130 alternativo de matrícula, que a reposição de aulas fosse negociada com os docentes e, por
131 essa razão, aconselhava que a Congregação observasse com muito cuidado as decisões que
132 ali seriam tomadas, uma vez que envolviam os outros setores da universidade e impactariam
133 diretamente nos estudantes. Voltou a citar o campus Guarulhos que enfrentara paralisação
134 dos alunos no primeiro semestre, sem haver reposição das aulas, o que resultara na perda do
135 semestre. Após todas essas considerações iniciais, a professora relatou qual fora a motivação
136 e como se dera o desenvolvimento daquele sistema alternativo. Valendo-se de um breve
137 histórico, ela citou os principais eventos da greve até ali: ▪ o dia 01/junho, data em que a
138 ProGrad tinha entrado em greve; ▪ a reunião ocorrida na mesma semana e em que foram
139 definidos os serviços considerados “importantes e de caráter contínuo”, visto que o termo
140 “essenciais” é registrado em lei em referência à saúde, elencando-os: ENADE, formatura,
141 bolsas e, por fim, auxílio permanência, sendo este um serviço que depende diretamente da
142 matrícula. Ela destacou que já naquele momento havia colocado a matrícula em questão,
143 ao que os servidores TAEs julgaram prematuro tratar, argumentando que o tema envolvia o
144 trabalho dos campi e as secretarias acadêmicas de cada um deles viviam estágios diferentes; ▪
145 o dia 25junho, data em que a Secretaria Acadêmica e os servidores do campus Osasco tinham
146 aderido à greve e ▪ as reuniões do CONSU e da Reitora com os Diretores dos campi, onde
147 pairava nebulosa a questão da matrícula; ▪ seguiu-se uma solicitação aos grevistas para uma
148 posição clara sobre a matrícula e, assim, teve início o debate a esse respeito; ▪ em reunião
149 de 14/julho com o comando de greve, foi sinalizado que a matrícula não seria feita, decisão
150 confirmada por carta em 17/julho. Foi, então, que a gestão entendeu que o campus Guarulhos
151 não poderia deixar de proceder a matrícula, visto que aquele campus já havia
152 experimentado uma grande evasão por conta da greve de 2012 e acabara de enfrentar a
153 paralisação dos estudantes no primeiro semestre de 2015. Ela explicou que os gestores
154 entenderam que seria uma irresponsabilidade não proceder a matrícula, pois tal decisão



155 prejudicaria o ano letivo inteiro daquele campus em particular. Encerrou dizendo que não
156 tinha a intenção de convencer os conselheiros, mas de esclarecer e alertar sobre as
157 consequências das deliberações daquele conselho e disponibilizou-se para responder aos
158 questionamentos dos presentes. Um questionário elaborado pelos TAEs, que segue anexo a
159 este documento, era projetado para todos os presentes e ao qual a Profa. Maria Angélica
160 respondeu majoritariamente de forma positiva, confirmando: ✓ que o sistema faria o controle
161 de pré-requisitos, desde que tais informações estivessem devida e corretamente nele
162 inseridas. E sobre as equivalências, a professora explicou que os pré-requisitos eram
163 vinculados às unidades curriculares atuais e, portanto, dispensava a necessidade de
164 cadastramento de pré-requisitos das equivalências, uma vez que as matrizes deveriam constar
165 do sistema já de forma ajustada (1); ✓ que o planejamento para encerramento do primeiro
166 e início do segundo semestre já deveria ter sido feito pelos campi e, portanto, essa etapa já
167 deveria estar cumprida e a base de dados completa (2); ✓ que o sistema faria o controle de
168 horários, não permitindo “encavalamentos”, desde que os horários estivessem corretamente
169 descritos no sistema (3); ✓ que a matrícula em UCs que não fossem do termo do aluno seria
170 possível (4); ✓ que o sistema registraria histórico para consultas futuras com geração de
171 relatório contendo as propostas de rematrícula dos alunos (6); ✓ que os docentes receberiam
172 listas de alunos matriculados nas UCs para realizarem controle de frequência (7); ✓ que os
173 planos de ensino seriam divulgados desde que estivessem cadastrados no sistema, da mesma
174 forma que no sistema anterior (8); ✓ que a Pró-Reitoria de Graduação solicitaria ao DTI o
175 fechamento do SIU (11); ✓ que as transferências de turnos estariam garantidas, uma vez que
176 já constavam do sistema e, portanto, o discente já seria considerado no novo turno (12); ✓
177 que o sistema barraria alunos com reprovação por frequência nos últimos dois semestres
178 (13); ✓ que o sistema faria a distinção entre alunos com situação acadêmica “em curso”,
179 “trancado” e “desistente” (14); ✓ que o sistema realizaria trancamentos (15); ✓ que o
180 sistema permitiria ao aluno escolher as UCs do respectivo campus e apenas as três disciplinas
181 *multicampi*: Cálculo, Libras e uma outra ofertada pela UAB (16); e que o carregamento das
182 migrações seria feito pelo DTI (17). E, negativamente para a pergunta sobre exclusões,
183 dizendo que o sistema não permitiria cancelamento de UCs, acrescentando que isso se daria
184 através de processo (5); e sobre os deferimentos, declarando que as coordenações de curso
185 não seriam incumbidas de deferir pedidos de matrícula, pois, os deferimentos seriam
186 automáticos (10). E, ainda, esclarecendo que os critérios de pontuação na preferência por
187 escolha de disciplinas seguiria o regimento da ProGrad e os casos de empate que, em sua
188 opinião, deveriam ser muito poucos, eventualmente seriam analisados pelas coordenações
189 dos cursos, considerando que estudantes do mesmo curso tenham prioridade, conforme o
190 questionamento (9). Por último, frisou não ter havido desperdício de recursos públicos em
191 termos financeiros, mas de tempo, referindo-se ao ponto (18). Completou a sabatina dizendo
192 que os gestores fariam todos os esforços para que o sistema alternativo fosse o mais preciso
193 possível, gerando o mínimo de desconforto e elogiou o trabalho da DTI que, com afinco,



194 desenvolvera aquele novo sistema. Reconheceu que a comunicação deveria ser melhorada
195 entre os departamentos de tecnologia dos diferentes campi e louvou o movimento grevista
196 que acabou por colocar em discussão a eficiência dos sistemas administrativos da instituição,
197 pondo em evidência a dedicação dos profissionais de TI que, mesmo com equipes enxutas,
198 haviam elaborado um sistema aperfeiçoado de matrícula. Calculou que se os servidores não
199 tivessem tanto tempo tomado com trabalho maçante como o da rematrícula poderiam se
200 dedicar a outras atividades mais relevantes e, por essas razões, considerou aquele momento
201 como único ao colocar na mesa a questão da informatização da rematrícula que é
202 imprescindível, destacou a pró-reitora. A presidente, então, determinou um intervalo de 10
203 minutos e, após a pausa, retomou os trabalhos abrindo novamente as inscrições. O discente
204 Alexandre foi o primeiro a falar. Ele relatou as dificuldades que tivera com o contrato de
205 estágio e o desfecho positivo, bem como, se declarou favorável à greve e, ao mesmo tempo,
206 defendeu a rematrícula. Citou colegas ansiosos por se formar que estavam passando pelo
207 segundo movimento de greve durante suas graduações, fazendo menção à greve de
208 professores do ano de 2012. Falou também que o crescimento econômico do país era
209 negativo e acreditava que a educação sofreria mais cortes. Concluiu que o governo não teria
210 condições de atender as reivindicações dos grevistas. Com a palavra, a Sra. Rosângela,
211 argumentou que os colegas da Secretaria Acadêmica encontravam-se em reunião na ProGrad
212 naquele momento e os representantes dos técnicos-administrativos que ali estavam não
213 tinham como debater a questão da rematrícula com a devida propriedade. Informou que o
214 campus Osasco já havia lançado todas as informações no sistema antes de aderir à greve e só
215 pararam quando a própria ProGrad e o DTI entraram em greve. Reportou que os colegas da
216 secretaria haviam instruído que as etapas que se seguiriam seriam daquela Pró-Reitoria. Ela
217 também questionou a disponibilização súbita de um sistema alternativo de matrícula que,
218 aparentemente, daria conta da demanda em comparação com anos de reivindicação dos TAEs
219 por melhorias nos vários sistemas administrativos e quis saber se o tal sistema substituiria
220 definitivamente o sistema até então utilizado. A Sra. Conceição, por sua vez, considerou
221 contraditória a fala da Pró-Reitora sobre as consequências da greve serem do escopo dos
222 servidores TAEs, uma vez que na reunião do dia 29/julho tinha sido exaustivamente falado,
223 inclusive repetido pela Chefia de Gabinete, que não haveria ônus para os grevistas e que as
224 responsabilidades sobre a implementação desse novo sistema seria dos gestores e, ainda, que
225 os servidores TAEs seriam capacitados para estarem aptos a utilizar a nova ferramenta. Ela
226 também divergiu da opinião da Pró-Reitora no que se referia aos prejuízos e consequências.
227 Ela elencou os serviços que tinham sido pactuados e que estavam mantidos respondendo,
228 assim, às dúvidas dos discentes sobre a manutenção das bolsas. Lembrou que a mesa de
229 negociações tinha sido suspensa na reunião de 21/julho quando fora informado que os
230 grevistas não procederiam a rematrícula. Então, foi a vez do Prof. Murilo se pronunciar e
231 iniciou sua fala informando sobre a reunião convocada pelos representantes docentes na
232 Congregação para debater a questão pautada para aquela sessão extraordinária. Ele reportou



233 o comparecimento de quatro representantes e apenas nove docentes que, então, discutiram e
234 avaliaram a greve dos servidores TAEs. Justificou que aquela sessão extraordinária da
235 Congregação havia sido convocada com pouquíssima antecedência, mas, que, de qualquer
236 forma, os representantes docentes julgaram que não deveriam participar sem conhecerem
237 melhor a situação específica que se iria tratar e, por isso, o assunto foi tratado por aqueles
238 que compareceram, apesar do baixo quórum. Ele lamentou que o saldo da reunião docente
239 não representasse a maioria de seus pares, mas, dadas as circunstâncias da greve nacional dos
240 servidores TAEs que, em sua opinião deveria ser respeitada pelo valor de sua pauta e por seu
241 significado de soberania da universidade pública e que, mesmo sendo parcial na UNIFESP,
242 suscitava negociações com o MEC e a realização de audiências públicas em Brasília, e
243 considerando as informações a respeito da suspensão das negociações entre o Comando de
244 Greve e a Reitoria da Unifesp que, na opinião daqueles que participaram do encontro,
245 deveriam ser retomadas de imediato, e a necessidade de avaliação respeitosa e consciente das
246 possíveis consequências, os representantes docentes se posicionavam contra a adoção do
247 sistema alternativo de matrícula sem o consentimento dos servidores TAEs. Retomando a
248 palavra, a pró-reitora esclareceu ao discente que o setor de convênios não suspendera as
249 atividades. Acrescentou que apenas os novos contratos não estavam sendo processados, uma
250 vez que não eram considerados prioritários ou essenciais. E, respondendo aos TAEs,
251 informou que a geração de retrabalho seria uma consequência da falta de acuidade das
252 informações inseridas no sistema e, ainda, que a efetivação dessa ferramenta alternativa
253 dependeria da sua precisão que, depois colocada em prática, passaria pelo escrutínio dos
254 técnicos que a elaboraram. Ela destacou que o momento era propício para experimentar o
255 novo sistema, cujas melhorias seriam trabalhadas em conjunto pelos que o criaram e por
256 aqueles que o utilizariam oportuna e posteriormente. E, dirigindo-se a Sra. Conceição,
257 lembrou que na reunião do dia 29/julho a Profa. Maria José, chefe do gabinete, teria sido
258 clara na sua proposição que os erros da matrícula seriam assumidos pelos gestores, no
259 entanto, frisou que o trabalho seria cobrado daqueles que eram incumbidos dele, dentro de
260 cada escopo de atuação. Assinalou a obrigação da instituição em convocar seus matriculados
261 para a matrícula e que o fato dos alunos pós-graduandos terem sido os únicos a exercerem
262 esse direito teria suscitado o questionamento por parte da Procuradoria. Sublinhou que a
263 decisão a ser tomada pelo campus Osasco deveria ser consensual e consciente das
264 implicações e consequências. Acrescentou que na reunião de 21/julho havia ficado entendido
265 que todas as negociações tinham sido vencidas. Reconheceu, porém, que esse não tinha sido
266 o entendimento do Comando de Greve que, por sua vez, estava tentando agendar nova
267 reunião após balanço e sistematização dos pontos da greve até aquele momento e encerrou
268 dizendo que, portanto, as mesas de negociações seriam reabertas. Retomando a palavra a Sra.
269 Conceição lamentou que as reuniões tivessem sido produtivas somente até a mencionada data
270 do dia 21/julho, mesmo não tendo sido oferecidas respostas e sim criados Grupos de
271 Trabalho e Comissões para análise e discussão das reivindicações, o que era visto com bons



272 olhos pelos TAEs que, inclusive, poderiam colaborar, no entanto, era também frustrante em
273 muitos casos em que a devolutiva era esperada no curto prazo. Com a palavra, o Prof. Luis
274 Hernan reconheceu a legitimidade da greve e elogiou o fato dos TAEs estarem trabalhando
275 em apoio às necessidades mais urgentes da instituição. Por outro lado, mostrou-se
276 preocupado em zelar pela formação dos alunos e apontou as dificuldades na obtenção de
277 documentos importantes para o cumprimento dos prazos de estágio, principalmente. Também
278 agradeceu à diretoria que, segundo o professor, empenhava-se em atender e ajudar a todos,
279 sem comprometer o movimento dos servidores TAEs e disse querer saber se o sistema
280 alternativo substituiria o anterior em caráter definitivo e se fora feita alguma pesquisa nas
281 redes sociais para avaliar o grau de apoio dos estudantes, especialmente, em relação aos
282 alunos do campus Osasco. Com a palavra, a servidora Andreza concordou com outros
283 colegas sobre o fato de apenas os servidores lotados na secretaria acadêmica poderem
284 discorrer apropriadamente sobre as características dos sistemas administrativos para
285 matrícula e rematrícula e lamentou que eles não pudessem estar ali presentes, uma vez que
286 tinham sido convocados para uma reunião de última hora na ProGrad, o que, em sua
287 opinião, poderia até levantar suspeitas de ter sido proposital. Apesar disso, julgou o SIU
288 engessado e disse não compartilhar o entendimento que o sistema de rematrícula fosse
289 simplesmente a boa alimentação de banco de dados. Em sua opinião, a presença de um TAE
290 na frente do computador deferindo ou indeferindo solicitações era imprescindível e, ainda,
291 aproveitou para endossar a fala do Prof. Murilo, pois, aceitar o sistema alternativo seria
292 romper o movimento de greve, conclui. Retomando a palavra, o Sr. Airton compartilhou com
293 o docente Luis Hernan o desejo de saber se o sistema alternativo seria definitivo e, também,
294 indagou se docentes ou técnicos que não fossem da secretaria seriam desviados para fazer o
295 trabalho da rematrícula, caso o sistema alternativo fosse aprovado. Ele também declarou que
296 não tinha se preocupado em realizar pesquisa para identificar quais cursos contavam com
297 mais alunos simpatizantes ao movimento, mas que o seu trabalho o aproximava das pessoas e
298 ele sentia apoio por onde passava e citou o apoio público da ADUNIFESP. Também reforçou
299 que o pagamento de bolsas não havia cessado e que as documentações como diplomas não
300 podiam deixar de ser entregues. O representante discente, Alexandre, pediu um minuto para
301 réplica e informou que o Diretório Acadêmico havia declarado apoio à greve dos servidores
302 TAEs, porém, muitos estudantes disseram que não apoiariam o movimento e argumentaram
303 que a entidade estudantil deveria representar os interesses dos alunos e não dos técnicos.
304 Nesse momento, a presidente reforçou que a discussão deveria se concentrar na decisão sobre
305 a rematrícula e não sobre a greve. A Profa. Claudia Moraes, então, ponderou que, apesar da
306 reunião ter sido convocada para debater uma questão técnica, quase não era possível deixar
307 de esbarrar na política, pois, a decisão a ser tomada ali era consequência da greve e, em sua
308 opinião, o movimento não deveria ser entendido como prejuízo. Ela destacou que muitas
309 conquistas foram alcançadas por causa de movimentos como aquele e convocou os presentes
310 a refletirem sobre as perspectivas positivas da greve e questionou a preservação da



311 autonomia dos TAEs caso a utilização do sistema alternativo fosse aprovada e, ainda, pediu
312 esclarecimentos sobre a posição da TI em relação à greve, o que serviria para medir as
313 possibilidades da migração de um sistema para o outro. A Sra. Conceição respondeu que não
314 havia sido procurada pelo grupo dos profissionais de TI e, portanto, também desejava saber
315 até onde os colegas concordavam com a implantação desse sistema alternativo para
316 rematrícula. E a Pró-Reitora justificou que o desenvolvimento do sistema alternativo era
317 institucional e não dos profissionais de TI isoladamente. Ela lamentou que os setores de
318 tecnologia da informação estivessem espalhados pelos diferentes campi com pouca
319 possibilidade de interação e concordou com a perspectiva positiva da greve sugerida pela
320 professora. O Prof. Julio, então, lembrou que a decisão a ser tomada naquele colegiado
321 versava sobre a adesão ou não ao sistema alternativo de rematrícula conforme proposto pelo
322 CONSU e orientou que os membros considerassem os prós e contras, se tal decisão
323 prejudicaria o instrumento de luta dos colegas TAEs ou comprometeria a colação de grau dos
324 formandos e, conseqüentemente, levando-os a ter de prestar o ENADE sem a real
325 necessidade, visto já terem concluído seus cursos. O vice-diretor lembrou que, qualquer que
326 fosse a decisão tomada ali, o campus teria de arcar com os desdobramentos. Opinou que as
327 conseqüências da adesão ao sistema alternativo pareciam menores e citou alguns fatos
328 históricos, como a decisão de grevistas por não desligarem um forno da CSN (Companhia
329 Siderúrgica Nacional) durante o movimento de 1988. Ele ponderou que proceder a
330 rematrícula não seria o fim do movimento, angariaria simpatia e, em sua opinião,
331 contabilizaria menor prejuízo. Convidou os presentes a avaliarem as possibilidades de avanço
332 nas conquistas dos servidores TAEs, sem comprometer as necessidades mais urgentes da
333 instituição. Com a palavra, a Profa. Cíntia se mostrou preocupada com a responsabilização
334 das decisões ali tomadas e, então, quis saber quais seriam as possíveis sanções do Ministério
335 Público caso a UNIFESP não procedesse à rematrícula e se a votação seria atribuída à
336 Congregação como um todo ou nominal de cada conselheiro. O Prof. Fábio Alexandre
337 compartilhou que no âmbito do curso de Ciências Econômicas a greve tinha sido amplamente
338 discutida tanto do ponto de vista dos alunos quanto dos colegas TAEs e a posição extraída
339 era de que o curso não aderiria à rematrícula a menos que as negociações fossem retomadas,
340 pois, os membros da comissão do curso entendiam que a responsabilidade desse debate
341 deveria ser redimensionada entre a Reitoria e o Comando Geral de Greve e que as questões
342 essenciais deveriam ser reavaliadas. O Sr. Ricardo Bertoldo, representante dos TAEs, pediu a
343 palavra para informar que, segundo os colegas da secretaria acadêmica, a ProGrad deveria
344 enviar um relatório de conferência dos dados fornecidos, porém, não o havia feito e a Sra.
345 Rosângela, também representante TAE, aproveitou para esclarecer que o fato de a pós-
346 graduação não estar em greve não devia se configurar como não adesão à paralisação, uma
347 vez que a manutenção dos serviços desse setor havia sido pactuada com a direção em razão
348 da necessidade de cumprimento dos prazos de defesa das dissertações do Mestrado
349 Profissional. Ela lembrou que, apesar do comprometimento com os alunos pós-graduandos



350 que estavam encerrando seus cursos, havia um cartaz do movimento afixado na porta do
351 setor caracterizando, assim, o apoio à greve. E, também, investigou sobre a autossuficiência
352 do sistema, se necessitaria ser manuseado pelos TAEs. A Profa. Luciana retomou a palavra
353 para responder à pergunta da Profa. Cíntia e, então, esclareceu que, como nada diferente
354 havia sido combinado, a votação seria feita como de costume, solicitando que os membros
355 erguessem o braço para declarar seu voto e que o veredito final seria computado ao
356 colegiado. Acrescentou que os TAEs, de fato, estavam cumprindo os serviços pactuados. No
357 entanto, lembrou que para ter acesso ao estágio, era imperativo que o aluno estivesse
358 matriculado e, assim, a rematrícula também era atividade essencial. Ela também ratificou a
359 informação que a secretaria acadêmica do campus Osasco havia alimentado o sistema com
360 todas as informações e, portanto, a etapa seguinte a ser cumprida era de responsabilidade da
361 ProGrad que, paralisada, suscitara a elaboração do sistema alternativo ora apresentado pela
362 Reitoria. A presidente, então, passou a palavra à Pró-Reitora que alertou não ser possível
363 responder a todas as perguntas dentro do tempo estipulado e começou por dirigir-se a Sra.
364 Andreza para esclarecer que a convocação dos servidores da secretaria acadêmica não partira
365 dela e tampouco saberia dizer quem havia feito tal convocação. Voltou a declarar seu
366 respeito pelo movimento dos TAEs e a garantir que todas as reuniões estavam acontecendo
367 sem a convocação dos TAEs e que só trabalhava com informações já existentes no sistema.
368 E, respondendo ao questionamento da Profa. Cintia, a professora disse que o Ministério
369 Público indagava o fato de algumas atividades acadêmicas estarem sendo executadas na pós-
370 graduação mas não na graduação e caberia aos gestores explicar a situação. Ela também
371 esclareceu que nenhum servidor de outra área ou setor seria convocado para operar o sistema
372 alternativo, nem mesmo aqueles lotados no DTI. Esclareceu que o trabalho de elaboração do
373 novo sistema já tinha se encerrado e que a operação dos dados já inseridos para a rematrícula
374 seria feita pelas coordenações. Sublinhou que, dessa forma, estariam respeitando os grevistas
375 e, também, preservando aqueles que não aderiram ao movimento. Com a palavra, o Prof.
376 Eduardo concordou com as colocações do Prof. Julio e questionou a legitimidade da reunião
377 dos docentes ocorrida na véspera, para a qual ele teria sido convocado de última hora e na
378 qual grande parte dos colegas não quis comparecer. Ele também discordou das falas iniciais
379 que criticavam de alguma forma a UNIFESP, dizendo que a sua experiência apontava que
380 outras federais viviam condições muito mais precárias. Ele julgou injustas as colocações e
381 contestou a comparação com a UFABC alegando que a última era apadrinhada por um ex-
382 presidente da república e, portanto, nela não faltariam recursos monetários. Nesse momento,
383 o Prof. Murilo pediu licença para esclarecer que em sua fala anterior havia deixado claro que,
384 apesar de também terem sido convocados com pouca antecedência para aquela sessão
385 extraordinária da Congregação, tinham cumprido o dever de representantes docentes ao
386 convidarem todos os seus pares para serem ouvidos a respeito da questão que era colocada.
387 Acrescentou que aquela reunião tinha sua legitimidade, uma vez que os representantes
388 docentes eleitos tinham convocado os colegas para o debate e estiveram presente. O Prof.



389 Fábio Luis corroborou a fala do Prof. Murilo, disse ter participado da reunião docente e
390 lamentou que o Prof. Eduardo não tivesse podido estar presente. Ele ressaltou a importância
391 da participação nos espaços de debate e a necessidade de incentivo aos pares. Ressaltou que a
392 reflexão sobre a precarização do estado e sobre os impactos que, em sua opinião, seriam
393 sentidos de forma progressiva por todos, tornava prescindível a unidade acadêmica. Ele
394 reportou que, na referida reunião docente, prevalecera o entendimento que o uso político
395 desse sistema alternativo de matrícula deveria ser evitado e, havendo consenso sobre sua
396 utilização, deveria ser muito bem negociado. Em sua opinião, a ferramenta alternativa era
397 arriscada do ponto de vista técnico e pouco sensata em termos políticos, por contrariar e
398 desmobilizar a greve dos colegas em um cenário em que a unidade deveria predominar. O
399 Prof. Eduardo, então, solicitou o direito à réplica para dizer que existiam outras maneiras de
400 se fazer democracia que não somente as assembleias presenciais, cuja relevância ele não
401 pretendia desmerecer, mas, apontar que outros instrumentos poderiam ser utilizados, como a
402 votação eletrônica ou por e-mail o que facilitaria uma reunião convocada em caráter de
403 urgência e, então, esclareceu que foi isso que quis colocar quando questionou a fala do Prof.
404 Murilo e não a legitimidade da representação dos colegas eleitos. Com a palavra, a Sra.
405 Conceição falou sobre o questionamento do Ministério Público apresentado através da
406 Procuradoria, o qual ela afirmou já ter sido tratado e respondido pelo comando de greve em
407 algumas ocasiões e de forma muito tranquila, uma vez que a rematrícula não constava na lei
408 como serviço essencial. Sem querer ser redundante, ela reconheceu a autonomia dos gestores
409 e concordou que estes poderiam ter outro entendimento, enquanto o comando de greve, por
410 sua vez, não poderia se pautar por “achismos” e, portanto, trabalhava de acordo com o que
411 regia a Lei de Greve. E, dirigindo-se ao Prof. Eduardo discordou sobre o estado de
412 precarização da UNIFESP, especialmente, considerando que a instituição estava localizada
413 no melhor e maior celeiro econômico do país e testemunhou que ela própria subia dez
414 andares para imprimir uma folha de papel. Ela recorreu a lembranças dos tempos em que ela
415 e outros representavam a UNIFESP em outras instituições federais ou órgãos governamentais
416 e eram muitíssimo bem recebidos, pois a UNIFESP era tida como piloto referência nacional
417 do plano de expansão. Lamentou que essa cena não mais se repetisse e, desculpando-se,
418 justificou que os servidores TAEs estavam em greve por isso e muito mais. A Profa. Luciana
419 concedeu a palavra à Profa. Fábiana que, após cumprimentos, iniciou sua fala reconhecendo a
420 legitimidade da greve, direito garantido constitucionalmente e ferramenta para levar adiante
421 os pleitos políticos dos trabalhadores e, em seguida, chamou à atenção para o foco da
422 discussão que era a essencialidade da rematrícula e o escopo jurídico que alcançara naquele
423 momento. Ela explicou que, não raro, os processos de greve chegavam ao âmbito do
424 Judiciário também por conta da discordância sobre o que, de fato, é essencial. Como
425 advogada, situou os presentes dizendo que o documento apresentado pela Procuradoria era
426 uma delação reservada que significava uma denúncia anônima e demonstrou sua
427 preocupação com as consequências jurídicas, pois o documento era um pedido de



428 esclarecimento. Ela informou que, através daquele documento, o Ministério Público não se
429 posicionava, mas solicitava informações pormenorizadas, sobretudo no que se referia à
430 manutenção dos serviços essenciais e, interpretou que isso sinalizava que a essencialidade da
431 matrícula estaria mesmo em questão. Ponderou que posições discordantes já eram
432 esperadas e, ao final, pediu esclarecimentos sobre quais auxílios seriam interrompidos caso a
433 matrícula não ocorresse, uma vez que já tinha sido mencionado que bolsas de iniciação
434 científica e de monitoria estavam mantidas. A Profa. Luciana, retomando a palavra, endossou
435 as palavras do Prof. Julio e alertou para a necessidade de se ponderar sobre os prejuízos de
436 qualquer decisão a ser tomada e, principalmente, para as consequências jurídicas caso o
437 colegiado optasse pela não adesão ao sistema alternativo. O Sr. Airton se ofereceu para
438 responder o questionamento da Profa. Fábiana e explicou que bolsas e auxílios geridos pela
439 PRAE, cujos servidores se encontravam em greve, continuavam sendo encaminhados
440 conforme entendimento inicial e unânime, logo no primeiro dia da greve, de que o estudante
441 cadastrado para receber qualquer tipo de auxílio, creche, alimentação, permanência, tinha o
442 direito de continuar recebendo seu benefício independentemente da situação. Novamente
443 com a palavra, a pró-reitora defendeu que a matrícula não era uma forma de desmobilizar a
444 greve e explicou que o entendimento sobre a necessidade da matrícula para o campus
445 Guarulhos, que experimentava uma situação específica e localizada extremamente delicada,
446 tinha sido discutido desde o início, porém, os grevistas alegavam que a matrícula não havia
447 sido pactuada e mencionou as tentativas de negociação com os TAEs, citando que fora
448 perguntado aos grevistas qual seria a contrapartida para a realização da matrícula, porém,
449 sem obtenção de resposta. Ela também negou intransigência por parte da Reitoria que,
450 segunda a professora, tinha reuniões marcadas ainda naquela semana e estaria retomando as
451 negociações. Ela expressou a situação de constrangimento inverso dizendo que a instituição
452 estaria em situação delicada por ter sido informada que os servidores em greve não
453 executariam o trabalho advindo de possíveis erros produzidos por um sistema institucional. A
454 professora defendeu que se essa situação se confirmasse, os estudantes e a instituição seriam
455 prejudicados. E, encerrou se dirigindo à Prof. Fábiana para esclarecer que era preciso que
456 houvesse a matrícula no início do semestre, ainda que o edital da PRAE fosse anual, pois se
457 o aluno não estivesse vinculado à instituição não seria possível efetuar o pagamento e,
458 portanto, o aluno sairia prejudicado, deixando de receber seus benefícios. Então, encerradas
459 as inscrições e os esclarecimentos, a presidente propôs o encaminhamento de votar a adesão
460 ou não ao sistema alternativo de matrícula quando, também, ficou decidido que os
461 convidados permaneceriam na sala durante o pleito. Porém, o Prof. Fábio Luiz sugeriu o
462 adiamento dessa votação, considerando que havia reunião já agendada entre a Reitoria e os
463 TAEs, e, havendo acordo entre as partes, a matrícula seria procedida automaticamente,
464 explicou o professor. Não havendo acordo, a Congregação voltaria a se reunir para escolher o
465 melhor caminho a ser seguido pelo campus, concluiu. A Profa. Maria Angélica, então, julgou
466 fundamental esclarecer que a sugestão de encaminhamento do Prof. Fábio Luiz era muito boa



467 se a rematrícula estivesse na mesa de negociação, caso contrário, não seria uma boa
468 alternativa adiar a decisão. A Sra. Conceição lamentou não poder tomar tal decisão de incluir
469 o tema da rematrícula na próxima mesa de negociação naquele momento. Explicou que o
470 comando unificado era geral e os dois representantes ali presentes não poderiam responder
471 por todos os outros. Ela opinou que o adiamento era o melhor encaminhamento,
472 considerando que os servidores da secretaria acadêmica de Osasco, maiores envolvidos com
473 o tema rematrícula, não estavam presentes. A Profa. Claudia Moraes entendeu que eram três
474 os encaminhamentos sugeridos: proceder a votação, não proceder a votação e adiar a
475 votação, aguardando a retomada das negociações. Terminou dizendo que também percebia a
476 presença dos servidores da secretaria acadêmica como fundamental para a tomada daquela
477 decisão. A Profa. Nildes lamentou não ter atentado para o encerramento das inscrições, pois,
478 poderia ter feito uma explanação do seu ponto de vista, todavia, declarou que, qualquer que
479 fosse o encaminhamento, era imperativo não se perder de vista a unidade dos servidores. Ela
480 lembrou que todos faziam parte da mesma universidade e se mostrou assustada com as
481 colocações “nós” e “eles” ouvidas durante o discorrer das falas. Assinalou que todo processo
482 democrático é aberto e deve acomodar o sim e o não e as discordâncias devem ser
483 equalizadas com serenidade. A Profa. Nena, por sua vez, reforçou a peculiaridade do campus
484 Osasco de ter em vista o ENADE que, em sua opinião, conferia grau de essencialidade à
485 rematrícula. A Profa. Luciana, então, prosseguiu perguntando aos convidados se eles iriam se
486 retirar, porém, o discente Alexandre lembrou que havia ficado combinado que eles poderiam
487 ficar. Para dirimir qualquer dúvida, a presidente perguntou aos membros quem concordava
488 com a permanência dos convidados e, por maioria dos votos e quatro abstenções, ficou
489 decidido que eles poderiam permanecer no recinto se assim preferissem e todos
490 permaneceram no recinto para assistir à votação. A Profa. Luciana elencou as três propostas:
491 (1) aderir ao novo sistema de rematrícula, (2) não aderir e (3) adiar a decisão. O Prof. Julio,
492 então, ponderou que não caberia votar o adiamento com as outras duas alternativas e, então,
493 sugeriu que se decidisse primeiramente pelo adiamento ou o não adiamento. Vencendo o
494 adiamento, não haveria necessidade de outra votação e, vencendo o não adiamento, seguiria a
495 votação pela adesão ou não adesão ao sistema alternativo de rematrícula, sugeriu o vice-
496 diretor. A presidente argumentou que a proposta do adiamento carecia de esclarecimentos,
497 pois, era esperada uma resposta à comunidade e ao Ministério Público, portanto, o adiamento
498 não poderia ser por tempo indeterminado. Ela frisou que era necessário sair daquela reunião
499 com um posicionamento a respeito do início do semestre letivo, uma vez que essa era a
500 principal implicação da rematrícula. A Profa. Claudia Moraes acrescentou que votar os três
501 itens juntos poderia inviabilizar um período maior de conversa entre os gestores e os
502 servidores da secretaria que poderia trazer uma solução em poucos dias. A Sra. Rosângela
503 pediu permissão para lembrar que os servidores TAEs representantes da secretaria
504 acadêmica, naquele mesmo momento, estavam participando de outra reunião que poderia
505 ocasionar uma nova situação. Acrescentou já haver marcada outra reunião daquele colegiado



506 para a sexta-feira seguinte quando, então, o grupo poderia ter maiores informações e resposta
507 de modo a viabilizar a votação das propostas de adesão ou não adesão ao sistema alternativo
508 de rematrícula, defendendo, assim, o adiamento daquela decisão até 07/agosto. Encerrou
509 dizendo que os itens (1) e (2) já caracterizariam a votação por aquilo que possivelmente
510 queriam adiar. A Profa. Maria Angélica pediu a palavra para prestar esclarecimentos que
511 julgava necessário naquele momento e explicou que o fato de três outros campi aderirem
512 àquela alternativa de rematrícula era devido às conversas que já haviam iniciado havia algum
513 tempo e, dessa forma, ela estranhava não ter sido perguntado se o campus Osasco teria
514 condições de aderir ao sistema novo naquele momento. Disse que ficava reticente em
515 responder positivamente à própria pergunta, pois, o campus Osasco havia sinalizado havia
516 pouco, enquanto os outros campi já trabalhavam com essa possibilidade havia tempos. Ela
517 sublinhou que o adiamento teria impacto no início do semestre letivo e qualquer decisão que
518 fosse tomada deveria garantir o semestre para os alunos, portanto, as consequências deveriam
519 ser assumidas. Defendeu a adesão imediata ao sistema alternativo de rematrícula. Nesse
520 ponto, a Sra. Conceição também pediu licença para tentar esclarecer o posicionamento do
521 comando de greve e, ao confirmar que haveria outra reunião na sexta-feira seguinte, dia
522 07/agosto, opinou que aquela data parecia ser mais razoável para os TAEs que, então,
523 poderiam ter respostas mais consistentes para proceder a votação. No entanto, a presidente
524 informou que a pauta da reunião ordinária a ocorrer no dia 07/agosto já era muito extensa,
525 não sendo possível proceder a votação na sessão vindoura. Defendeu que a decisão do
526 campus Osasco deveria ser construída naquele mesmo momento. O prof. Julio acrescentou
527 que a convocação para aquela reunião pressupunha a adesão ou não ao novo sistema e
528 argumentou que, se, depois dessa decisão, alguma coisa se alterasse, outro encaminhamento
529 poderia surgir. Encerrou dizendo que, naquele momento, a decisão a ser tomada era aderir ou
530 não aderir ao sistema de rematrícula proposto pela Reitoria. A Profa. Luciana acrescentou
531 que a não adesão já seria o adiamento, visto que, se o campus não aderisse ao sistema
532 alternativo, outras reuniões seriam agendadas para resolver a questão e, assim encaminhou a
533 votação pelo (1) Sim, ou (2) Não, pedindo que os favoráveis à adesão levantassem os braços,
534 depois solicitou que os não favoráveis se apresentassem e, por último, perguntou pelas
535 abstenções. **Com 14 votos favoráveis e 9 votos contrários, foi decidido que o campus**
536 **Osasco utilizaria o sistema alternativo proposto pela Reitoria para proceder às**
537 **rematrículas.** Às 12h25min a presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada
538 a sessão extraordinária e eu, Maristela Bencici Feldman, lavrei esta ata.

539 Osasco, 05 de agosto de 2015.

540
541 _____
Prof. Dra. Luciana Massaro Onusic



542

543

Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa

544

545

Sr. Tarcísio Martins Mendonça

546

547

Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet

548

549

Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda

550

551

Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos

552

553

Profa. Dra. Heloísa Candia Hollnagel

554

555

Profa. Dra. Fabia Fernandes C. Veçoso

556

557

Profa. Dra. Claudia Moraes de Souza



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/05/08/2015/EXTRA

558

559

Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado

560

561

Profa. Dra. Cintia Rejane Möller de Araújo

562

563

Profa. Dra. Nildes Pitombo Leite

564

565

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

566

567

Prof. Dr. Fábio Luiz Barbosa

568

569

Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari

570

571

Profa. Dra. Gabriela de Breláz

572

573

Prof. Dr. Douglas Mendosa



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/05/08/2015/EXTRA

574

575

Andreza de Moura Fialho

576

577

Patrícia Oliveira

578

579

Ricardo Vieira Bertoldo

580

581

Rosângela Rocha da Silva

582

583

Alexandre Jorge de Holanda

584

585

Isabela Lizandra Simões

586

587

Maristela Bencici Feldman